



Crítica aos Zapatistas*

Charles Reeve
Silvy Deneuve
Marc Geogroy

Nosso propósito não é o de reduzir a revolta coletiva dos proletários de Chiapas às formas organizacionais que eles se deram ou, o que ainda está por confirmar, às que foram enxertadas à luta deles. Estimamos que haja uma relação entre as duas coisas, relação esta que é preciso analisar¹. A tarefa dos que optam pela emancipação social deve ser sempre, tanto quanto possível, trabalhar para valorizar o que houver de autônomo em uma luta, sem deixar de criticar as organizações que se apropriam da representatividade dos que estão combatendo. Isso implica afastar-se de todo tipo de paternalismo, que por definição é não-igualitário e tende a encerrar os explorados em luta em categorias específicas, identitárias ou outras. Os que estão dispostos a aceitar pelos outros o que parece inaceitável para si mesmos não estão longe de defender o inaceitável. Em nome da tática, revisam por baixo as exigências para o futuro. Fazem-se apóstolos do realismo cedendo no essencial, colocando-se a reboque dos projetos de estado de organizações hierarquizadas.

No final dos anos 80, uma amiga, editora em Madrid, foi convidada ao salão do livro de Manágua, na Nicarágua. A época era mais tranquila para os admiradores do socialismo autoritário: os comandantes prometiam a instauração para breve do futuro

* Texto de apresentação do livro “*Mais Além dos Passa Montanhas*”. Tradução Tomás Rosa Bueno. Disponível em: <http://silenciodospoetas.wordpress.com/>

¹ A primeira versão do texto “*Mais além dos passa-montanhas*” foi escrita em 1995, depois que um de nós ficou em justa cólera contra os apoios românticos à ação do EZLN [...]. Como resposta, alguns (mas) amigos(as) ficaram roxos(as) de raiva, e alguns inimigos insignificantes manifestaram-se. Como tínhamos ousado criticar uma causa tão bela que mobilizava a juventude e animava os velhos ativistas? Editores radicais contatados não ficaram muito entusiasmados. Finalmente, o texto teve uma difusão confidencial no quadro local de uma pequena associação parisiense de contestadores chamada *La bonne descente*. Sem perder o espírito original do texto, nós o remodelamos introduzindo alguns complementos de análise em função das informações extraídas de trabalhos publicados desde 1995.

Marxismo



Autogestão

Marxismo e Autogestão, Ano 01, Num. 01, jan./jun. 2014

radiante em seu pequeno país. No aeroporto, um funcionário zeloso (revolucionário, é claro) descobriu na bagagem da nossa amiga textos anarquistas, e apressou-se em confiscá-los. Respondendo aos protestos dela, um comissário político (mais revolucionário ainda) explicou que aqueles livros não podiam ser postos em circulação, mas que iriam enriquecer a biblioteca do comitê central sandinista. Os comandantes poderiam assim tomar conhecimento das ideias proibidas para o povo. Sabe-se que a arrogância do imperialismo americano e o desmoronamento da URSS não lhes deixou tempo para isso. Enquanto isso, os libertários davam a sua energia, e às vezes até mesmo a vida, pela revolução sandinista. Com toda a sinceridade, e também com toda a ingenuidade. Podemos hoje perguntar-nos o que terá acontecido com aqueles textos. Terão sido “submetidos à crítica roedora dos ratos”? Será que a biblioteca foi privatizada pelos idiotas neoliberais que sucederam os burocratas sandinistas reciclados em homens de negócios? O que quer que tenha acontecido, o povo da Nicarágua, mergulhado na pobreza do desastre pós-revolucionário, perdeu o futuro radiante prometido e continua sem ler Bakunin...

Na idade de ouro do “socialismo realmente inexistente”, havia viagens organizadas aos países do porvir radiante. Os fiéis eram convidados a manifestar seu entusiasmo por uma realidade montada pelos senhores locais. Assim foram visitadas a URSS do socialismo dos soviets, a China do socialismo maoísta, a Albânia do socialismo miniatura, Cuba do socialismo barbudo, a Nicarágua do socialismo sandinista etc. Ai de quem contestasse o caráter objetivo, científico, indiscutível, daquelas realidades fabricadas. Até o dia em que os sistemas desmoronaram. Todos criam ter visto e não tinham visto nada! E será que alguém tirou alguma lição disso? Vê-se bem que não! Nos nossos dias, o epicentro da revolta deslocou-se para o norte. Na floresta lacandona, os dados da política marxista-leninista tradicional levaram uma rasteira das reviravoltas do mundo. Uma nova ordem mundial substituiu a divisão em dois blocos e os comissários políticos estão em fase de renovação de identidade; alguns



se dispõem até a citar Bakunin, embora, por prudência, prefiram os textos da teologia da libertação cristã ou mesmo Shakespeare. Não foi preciso mais para que os libertários da França e de Navarra começassem a acreditar que dessa vez a coisa ia, que um movimento político e militar poderia tornar-se portador de ideais de emancipação. Terá sido a simples evocação do nome de Zapata e a lembrança de um “México à sombra do vulcão” que os seduziu? Como foi possível que alguém se lançasse ingenuamente a apoiar um movimento que veicula valores identitários e patrióticos, que estão hoje no coração das derivas mais bárbaras do mundo?² Os apóstolos do zapatismo são incapazes de nos fornecer a menor informação, nem o menor testemunho direto, sobre o que está acontecendo no campo mexicano: seja sobre as ações de ocupação, as formas de organização escolhidas pelos camponeses em luta, seus objetivos e perspectivas políticas³. São também igualmente incapazes de nos oferecer o menor elemento crítico que nos permita aprofundar o conhecimento sobre a organização de vanguarda que dirige a luta armada. Em resumo, o apoio exterior ao EZLN tornou-se prisioneiro da natureza essencialmente nacionalista deste. Enquanto a situação social é explosiva em todas as sociedades da América Latina e os movimentos sobre a questão da terra se estendem e vão ficando mais radicais um pouco por toda a parte, esses comitês de apoio ficam com os olhos grudados no México. A falta de interesse que demonstram pelas revoltas e os recentes massacres de trabalhadores rurais no Brasil é significativa⁴. É

² Nesta mesma nota, ver o testemunho de última hora de um dos pilares do “prêt-à-penser” parisiense, logo depois de voltar de Chiapas: “Marcos tem a história do México no sangue. Estranho libertário que pensa como patriota, comanda um exército hierarquizado e reage em termos comunitários, não individualistas” (Régis Debray, “La guerrilla autrement”, Le Monde, Paris, 18 de maio 1996).

³ Uma exceção: o trabalho realizado por Nicolas Arraitz (Tendre Venin, Editions du Phéromone, Paris, 1995 — fotos de Licha Mayo). Não compartilhamos absolutamente do fascínio do autor pela “diferença”, suas análises e suas conclusões políticas (nas quais ele procura reavaliar as posições democráticas e nacionalistas dos insurgentes do EZLN), e ainda menos de suas declarações depreciativas sobre os “escravos satisfeitos” das sociedades ditas desenvolvidas. Mas devemos reconhecer-lhe o mérito de ter sido um dos primeiros a nos fornecer informações de primeira mão sobre a vida real nas regiões do México insurgente, sobretudo Chiapas e Guerrero. Ele não se contentou em entrevistar os chefes, mas foi até as fazendas ocupadas.

⁴ Ver em anexo texto sobre a situação brasileira. Alternative libertaire, Bruxelas, abril de 1996.



verdade que a ausência de chefes carismáticos não favorece muito a fabricação de um espetáculo da mídia.

O movimento de apoio ao EZLN se está transformando em revelador da crise em que se debatem os meios libertários e radicais. As correntes anarquistas e libertárias parecem ter sido atingidas de frente pela agonia do modelo capitalista de estado. Justamente quando alguns esperavam tirar proveito do vácuo ideológico deixado por esse desmoronamento, foi o contrário que aconteceu. Essas correntes foram arrastadas para a impotência e o confucionismo desenvolveu-se nelas de modo galopante. O que pode parecer paradoxal na verdade não o é, por menos que se lembre que o dinamismo e a energia polêmica desse meio nutriam-se da existência de um irmão inimigo. Uma vez desaparecida a dimensão anticomunista, a corrente libertária viu-se presa da fraqueza de sua análise do capitalismo moderno, transformado em sistema global. Numerosos são aqueles cujo ativismo limitado tornou incapazes de retomar o contato com o pensamento crítico, vendo-se assim atraídos para o humanismo socialdemocrata. Só os que se aferraram aos princípios de uma ética libertária antiestatal e anticapitalista conseguiram sobreviver. Entre os apóstolos do zapatismo, a confusão está no apogeu. Passa-se do subcomandante Marcos a Guy Debord sem a menor hesitação e põem-se em pé de igualdade movimentos sociais de ruptura e as grandes missas patrióticas do EZLN. Tudo está presente em tudo, e a falta de clareza campeia. Mais prenhe de consequências é a submissão desse meio às ideias identitárias e nacionalistas que estão no coração do projeto zapatista. Tentou-se no início, bem ou mal, matizar o apoio em nome da tática. Hoje em dia, já há vozes que se erguem para afirmar que “a ideia de nação, mesmo tendo sido emporcalhada pelo uso ideológico da burguesia, conserva a ideia de uma liberdade pluralista que os partidos políticos não têm. Se a nação pôde ser reduzida ao estado de ficção pura, nem por isso é menos verdade que ela contém em si a



ideia de uma emancipação”⁵. Quanto caminho percorrido em tão pouco tempo! Neste sentido, o encantamento pelos zapatistas traduz a crise de grandes setores do meio libertário, incapazes de defender posições internacionalistas frente às consequências da globalização capitalista em curso.

As comunidades indígenas: mito ou alienação.

O carácter autoritário das sociedades astecas, maias e incas já não precisa ser demonstrado. No entanto, o mito da comunidade indígena idílica mantém-se ainda.

Este mito é alimentado em parte pela ideia que se tem de comunidade. Como se a forma comunitária das sociedades pré-capitalistas impedisse a existência de uma hierarquia muito estruturada, dum poder centralizado e duma exploração bárbara do trabalho. Entre os maias, por exemplo – cujo território incluía a região de Chiapas atual – o trabalho excedente dos camponeses servia para alimentar e reproduzir uma minoria de nobres e de sacerdotes que formavam a classe dirigente das cidades-Estado⁶. Falar de “tradições locais de tomada de decisões democrática” e de apresentar como formas de democracia primitiva as regras que regulavam a vida comum, é fazer silêncio sobre a autoridade dos anciãos e dos chefes que dependiam da teocracia central, cujas ordens eles aplicavam e cujos interesses eles defendiam. A organização das relações sociais deixava pouco espaço à contestação ou mesmo à discussão. Nessas comunidades, a solidariedade era a do constrangimento (forçada). A tomada de decisões sobre as questões essenciais da vida material escapavam aos membros da comunidade e os valores sobre os quais se fundava a coesão social eram os da submissão à autoridade. Tomemos como referência os textos astecas, que divulgavam as normas e os princípios

⁵ Yves Le Manach, "La résignation est un suicide quotidien", Alternative libertaire, Bruxelas, abril de 1996.

⁶ Ver J. Eric S. Thompson, Grandeur et décadence de la civilisation maya., Bibliothèque historique Payot, Paris, 1993



que se consideravam guiar a vida da sociedade: “Sê amoroso, reconhecido, respeitoso, sê pleno de temor, olha com medo, sê submisso, faz o que deseja o coração da mãe, do pai, pois é o seu mérito, o seu dom; pois lhes é devido, o serviço, a submissão, a deferência. (...) Humilha-te, inclina-te, abaixa a cabeça, curva-te”⁷.

No século IX, o Império Maia, vencido pelos Astecas, entra em decomposição. O autoritarismo que impregnava as relações sociais não desaparece, no entanto, mesmo se o desmoronar do antigo sistema político permite uma maior autonomia às tribos e comunidades, sobretudo àquelas que viviam na periferia do império. Elas continuam a pagar tributo aos novos senhores, sempre respeitando as antigas regras da hierarquia. É esta nova situação que explica a resistência que as tribos maias irão opor aos conquistadores europeus. Sabe-se que os Espanhóis tiveram mais facilidade em “obter vitórias militares contra impérios “estruturados” que contra tribos não encerradas em formas estatais.” “Os habitantes de um império como o Inca estavam já habituados às “corveias” para o imperador, ou para os templos do Sol e da Lua. A transferência (do imperador para o “encomendero”), com certeza, não se efetuará pacificamente; mas foi possível recorrendo à violência. Já nas populações não enquadradas por um estado, livres, pelo contrário, a violência não foi suficiente: a guerra tornava-se um massacre e os sobreviventes eram escravizados⁸.” As tribos maias da periferia encontravam-se numa situação intermédia. “Ao contrário da potência asteca, não havia autoridade central que pudesse ser derrubada, arrastando a totalidade do império com ela. E ainda mais, que os Maias não faziam a guerra no sentido habitual do termo. Eram guerrilheiros da selva⁹.” Assim, e desde a Conquista, esta região vai adquirindo uma especificidade que iria determinar o seu lugar na formação da nação mexicana.

⁷ Témoignages de l’ancienne parole, p. 48, traduzido do asteca por Jacqueline de Durand-Forest, Paris, La Différence, 1995.

⁸ Ruggiero Romano, Les mécanismes de la conquête coloniale: les conquistadores, p.46, Paris, Flammarion.

⁹ Michael Coe, The Mayas, citado em O México Insurrecto, Fifth Estate, Detroit, Verão 1994 (tradução francesa)

Marxismo



Autogestão

Marxismo e Autogestão, Ano 01, Num. 01, jan./jun. 2014

Estes povos indígenas, depois de terem sido sujeitados aos impérios burocráticos, e em seguida aos colonizadores europeus, foram triturados pela máquina capitalista. Muitos indígenas, depois de terem sido expulsos das terras comunitárias, tornaram-se proletários, submetidos à violência das relações mercantis do trabalho assalariado. Aqueles que se apresentam atualmente como os representantes em armas das comunidades indígenas não se esquecem nunca de reivindicar patrioticamente a sua fidelidade aos ideais da independência mexicana! No entanto sabe-se que esse foi um momento privilegiado da destruição das comunidades rurais indígenas, da transformação dos indígenas em camponeses pobres e em proletários sem terra. Quase um século mais tarde, durante a revolução mexicana, aqueles que constituíam o grosso do exército zapatista, eram originários do Estado de Morelos, “praticamente o único estado do sul onde as relações de produção capitalistas dominavam em toda a parte”¹⁰. Se a sua associação às aspirações dum passado comunitário indígena lhes avivou a revolta, isso explica também a sua incapacidade de ir mais longe na sua emancipação. Estes camponeses estavam profundamente arraigados à terra e às tradições. Lutavam antes de mais pela restituição das terras comunitárias expropriadas e pelo direito ao seu lote individual. Para aqueles que procuram a verdade histórica para lá da lenda, parece que: “O movimento zapatista não é socialista, nem mesmo “progressista” no sentido de querer transformar de uma maneira revolucionária todo o México. (...) É apenas “revolucionário” na medida em que responde às aspirações dum passado comunitário indígena, (...) Ele não supõe nem propõe uma ruptura.” Ou, se se prefere: “O tradicionalismo do movimento zapatista é o que leva à sua solidão e ao seu isolamento e, sobretudo, às suas inconseqüências, às suas ambiguidades e às suas contradições profundas. E esta originalidade permite-lhe sobreviver, e ao mesmo tempo legitima a

¹⁰ Américo Nunes, *Les révolutions du Mexique*, p. 151, Paris, Flammarion, 1975. Nesta brilhante crítica dos mitos progressistas da revolução mexicana, o autor mostra, em particular, que a palavra de ordem libertária “Terra e Liberdade” é falsamente atribuída ao movimento zapatista, quando na verdade era a divisa do Partido Liberal (anarquista) dos irmãos Magon. Ver também: Ricardo Flores Magon, *La revolution mexicaine de*, Paris, Spartacus, 1979.



sua incapacidade em desenvolver-se de maneira dinâmica, em se transformar e sair realmente do seu gueto regionalista”¹¹. Aliás, é significativo que, na mesma época, o governo tenha conseguido a pacificação provisória dos Yaquis insurrectos, prometendo aos seus chefes a restituição das terras comunitárias e a construção de igrejas¹²... Terminada a revolução, a expansão do capitalismo acelerou a destruição das formas tradicionais da comunidade indígena integrando a maior parte dos seus membros na “comunidade do capital”.

Em Chiapas, o processo de modernização capitalista foi durante muito tempo refreado pelo poder dos proprietários fundiários que aí reinavam de maneira quase feudal. Numa região onde a revolução provocou poucos abalos, eles souberam tirar proveito do fechamento e do tradicionalismo das comunidades indígenas, mobilizando os seus próprios explorados contra o projeto oficial de reforma agrária e de libertação dos servos¹³. Esta resistência contra a burguesia central une exploradores e explorados, preservando as comunidades indígenas, em proveito dos grandes proprietários de Chiapas. A partir dos anos quarenta: “As montanhas áridas dos Altos de Chiapas, repartidas pela hipócrita reforma agrária de Cardenas, vão converter-se num perfeito reservatório de mão-de-obra para os latifúndios do Centro, da Fraylesca e do Soconusco, que dessa feita não mais têm necessidade de manter todas essas bocas fora das épocas das colheitas, já que elas sobrevivem pior ou melhor nas terras comunais”¹⁴. Pouco a pouco, muitas comunidades apenas sobreviverão graças ao trabalho assalariado dos indígenas empregados nas plantações de café¹⁵. Os valores ancestrais que restavam enraizados na miserável sobrevivência material das comunidades indígenas eram, no

¹¹ Ibid., p. 148 e p. 150.

¹² Fixada no Estado de Sorora (noroeste do México) a tribo dos Yakis revoltou-se em diversas ocasiões contra a expropriação das terras. Será por fim esmagada militarmente, em 1926.

¹³ Ver a este respeito o interessante capítulo: “O sangue, o jugo e a floresta”, Nicolas Arraitz, Tendres venin, Editions du Phéromone, Paris, 1995.

¹⁴ Nicolas Arraitz, Ibid., p. 219.

¹⁵ Antonio Garcia de León, “Los motivos de Chiapas”, Etcetera, Barcelona, Novembro 1995.



essencial, valores de submissão. O que convinha perfeitamente aos grandes proprietários. As comunidades cujas tradições democráticas e emancipatórias se mitificam atualmente têm sido, há décadas, a estrutura social alienando os explorados aos grandes proprietários. Só o desenvolvimento da condição proletária, o estilhaçar das formas comunitárias, irão desencadear as revoltas portadoras de elementos de emancipação social. A revolta de Chiapas é o último episódio da integração lenta e particular a que está sujeita esta região periférica no capitalismo mexicano.

A revolta dos “novos enforcados”

As revoltas de camponeses pobres e as ocupações são fenômenos endêmicos nas sociedades da América Latina. No México como em outras partes, a natureza destas lutas foi afetada pelas convulsões próprias a todas as sociedades do Terceiro Mundo: expulsão dos camponeses pobres das terras, exclusão social, migração, proletarização. Para compreender a natureza da revolta de Chiapas é preciso analisar rapidamente as particularidades desta região e o lugar que ocupa na evolução das tensões sociais no México.

Resultado da sobrevivência dum sistema de propriedade quase feudal, os camponeses dos *ejidos* (terras comunitárias) e os pequenos proprietários de Chiapas estavam entre os mais pobres do México. No entanto, e desde o fim dos anos cinquenta, numerosos camponeses indígenas expulsos das suas terras começaram a emigrar para Chiapas. Se na sua origem este movimento foi espontâneo, foi em seguida encorajado pelo governo. Incitavam-se os “*expulsados*” a instalar-se na floresta. “Socialmente a fronteira Lacandoniana era uma válvula de segurança; uma região que se encontrava longe do centro de poder e onde as massas indígenas e camponesas, potencialmente explosivas, do México profundo podiam ser postas a trabalhar. Era, se se quisesse, uma reserva natural para os mais pobres dos pobres¹⁶.” Em poucos anos, mais de 150 000

¹⁶ John Ross, *Rebellion from the Roots*, Common Courage Press, 1995, p. 257.

Marxismo



Autogestão

Marxismo e Autogestão, Ano 01, Num. 01, jan./jun. 2014

indígenas sem terra instalam-se na floresta e na montanha¹⁷. Como em toda a distribuição capitalista da terra, esta se fez de forma não igualitária. Os recém-chegados acabaram por ficar com as terras mais pobres sem nunca terem tido acesso aos vales férteis. Pouco tempo depois, essas terras foram abandonadas (já que demasiado pobres), ou expropriadas (pela força ou legalmente). O facto de esses camponeses pobres serem em sua maioria indígenas tornou mais fácil o açambarcamento das terras pelos ricos proprietários ligados à agroindústria.

As condições para o aparecimento de novos antagonismos sociais estavam reunidas e a “válvula de segurança” transformava-se numa bomba ao retardador. A decomposição das antigas comunidades indígenas acompanhava-se da criação dum novo campesinato pobre, composta duma população misturada (indígenas, maias ou não, e mestiços). Já no início dos anos 70, “as velhas comunidades, até aí estruturadas, deixam aparecer os efeitos dum intenso processo de diferenciação social interna que carcomia os seus mecanismos de coesão e de defesa. Os camponeses sem terra e sem trabalho começaram a concentrar-se nos subúrbios miseráveis (das cidades de Chiapas). No início dos anos oitenta a oferta de força de trabalho duplicou enquanto que, simultaneamente, a política de “terra queimada” do governo de Rios Montt na Guatemala, rejeitava sobre Chiapas mais de 80 000 refugiados maias fugindo do país vizinho e que vêm juntar-se ao exército de reserva deste lado da fronteira.”¹⁸ Os indígenas expropriados eram frequentemente marginalizados; os proprietários preferiam substituí-los pelos trabalhadores guatemaltecos que viviam de forma mais precária ainda, frequentemente na ilegalidade¹⁹. Em poucas palavras, “o antigo sistema da

¹⁷ Katerina, Mexico is not only Chiapas, nor the rebellion in Chiapas is a mexican affair. Março, 1995, Hamburgo.

¹⁸ A. Garcia de Leon, op. Cit.

¹⁹ Os camponeses pobres de Chiapas – onde as fronteiras têm historicamente pouco sentido – tornam-se, graças ao pensamento burocrático, “indígenas mexicanos”!? Quem é indígena? Quem é mexicano?, quem é guatemalteco? Os devotos da causa zapatista ficam estranhamente silenciosos sobre a presença desta imigração. Que medidas prevê o EZLN para resolver o “problema”? Existe “problema”?



compra e venda e de reprodução da força de trabalho foi desarticulado, sem que tenha sido substituído por um novo sistema capaz de absorver uma massa crescente de trabalhadores agrícolas no desemprego. O desespero e a crise começaram a mostrar os seus efeitos mais perversos.”²⁰ A estrutura social de Chiapas foi assim profundamente abalada. A destruição dos campos foi acompanhada dum urbanização caótica e selvagem das cidades. “Atualmente, tanto em Chiapas como na Guatemala, pode-se ver toda a gama do desapossamento situar as comunidades indígenas.”²¹”

No México, o apego do campesinato pobre à terra era impregnado de aspirações dum passado comunitário indígena, reforçado pela herança da revolução. Estas aspirações foram sendo apagadas à medida em que a expropriação das terras comunais e a introdução do capitalismo no campo avançavam. Algumas referências ajudam a compreender e a ultrapassar o mito do comunitarismo. A apropriação familiar das terras comunais foi a primeira etapa da expropriação. Mesmo se quase um terço da terra faz parte dos *ejidos* ou pertence aos pequenos proprietários, apenas 10% dos *ejidos* são cultivados coletivamente. Além disso, a quase totalidade dos agricultores dos *ejidos* (à volta de 80%) é hoje obrigada a trabalhar também para os grandes proprietários para garantirem a sobrevivência, o que nos dá a medida da pobreza das terras comunitárias. Pelos anos 80, a expropriação dos *ejidos* acelera-se em todo o lado. Por meio do endividamento dos camponeses, o sector bancário deita mão às terras comunitárias e obriga os camponeses pobres a se “associarem” com os proprietários ricos²². A crise da propriedade comunal provoca assim um rápido processo de proletarização do campesinato. Num tal quadro, dominado pela forma privada da terra, o conteúdo das reivindicações das lutas camponesas ultrapassa raramente o quadro das relações sociais capitalistas. Foi de maneira muito natural que as organizações políticas vanguardistas, que se desenvolveram em ligação com os movimentos rurais, fizeram do respeito pela

²⁰ A. Garcia de León, op. cit.

²¹ Nicolas Arraitz, op. cit., p. 221

²² Katarina, op. cit.



propriedade privada da terra um elemento constitutivo do seu combate reformista. A revolta de Chiapas irrompe no termo deste processo. Última região a sofrer os efeitos da expropriação da propriedade comunal, zona tampão tornada um concentrado de todas as misérias do país, Chiapas é o barril de pólvora do México no preciso momento em que a globalização da economia bate à porta. Esta revolta é a revolta de todos os excluídos, dos proletários sem terra e sem trabalho, dos párias, dos camponeses pobres e dos subproletários urbanos encurralados aí, entre a floresta, as montanhas e o oceano. É a revolta dos “novos enforcados”. De facto, a massa dos jovens não tem mais acesso à terra e não encontra mais trabalho nas cidades.”²³ Hoje, o exército zapatista é sobretudo constituído por esta massa de jovens marginais, modernos, falando várias línguas e tendo experiência de trabalho assalariado. O seu perfil tem pouco a ver com o indígena isolado que se imagina.”²⁴ Se obstinar em apresentar a revolta como um movimento especificamente indígena acaba por consistir em prescindir-se dos meios de compreendê-la. Limitar-se às reivindicações democráticas do EZLN é recusar ver que os objetivos políticos das organizações que falam em nome dos povos estão talvez aquém das suas aspirações e da sua raiva. É além disso pouco provável que os jovens revoltados de Chiapas lutem pela terra, seja privada ou mesmo coletiva.

De Mao a Marcos: o sucesso do EZLN

Em Outubro de 1968, o governo mexicano, confundido pela amplitude dum movimento estudantil sem precedentes, massacre uns trezentos manifestantes na Praça das Três Culturas, na Cidade do México. Uma repressão feroz abate-se sobre as organizações de extrema-esquerda. No seguimento destes acontecimentos trágicos o grupo marxista-leninista-maoísta *Política Popular* decide deixar o meio estudantil para centrar a sua atividade nas “massas populares”. Implanta-se então nas cidades do norte do país, onde o êxodo rural originou vastas zonas de bairros de lata [favelas], terreno

²³ Atualmente 60 % da população de Chiapas tem menos de 20 anos.

²⁴ Antonio Garcia de Leon, op. cit.

Marxismo

Autogestão

Marxismo e Autogestão, Ano 01, Num. 01, jan./jun. 2014

favorável aos militantes esquerdistas. O objetivo era criar “bases vermelhas”: redes de organizações capazes de controlar estes bairros. A tática foi tomada de empréstimo às tendências esquerdistas da “revolução cultural” chinesa: a direção política da Organização não devia nunca aparecer a descoberto, sendo as suas decisões sempre apresentadas como o resultado duma consulta às massas, exprimindo-se em comités e assembleias. O projeto clássico de enquadramento das populações por uma organização de vanguarda autoritária era mascarado por um discurso demagógico de democracia de base. Levando a cabo o seu “trabalho político” no terreno, os maoístas mexicanos iriam reencontrar, inevitavelmente, militantes mais antigos: os padres católicos “progressistas”. Apesar do facto de estarem em concorrência para o controle das mesmas massas, maoístas e curas chegaram rapidamente a um acordo. Da sua miraculosa cooperação resulta um modelo mexicano de “trabalho de massas”, chamado “torreonismo”, do nome da grande cidade do norte, Torreon²⁵. Em meados dos anos 70, o governo mexicano, inquieto pelo sucesso obtido por esta corrente, desencadeia uma repressão selvagem, no curso da qual numerosos militantes foram assassinados. A direção da Organização revê de novo as suas posições: a “linha de massas”, que enfatizava o trabalho político nas zonas urbanas foi substituída pela “linha proletária”, que dava a prioridade à implantação entre os camponeses pobres. Com efeito, a adopção da nova linha significava o retiro dos maoístas mexicanos para zonas onde se julgavam menos expostos à repressão: foi a sua “longa marcha”. Foi também um período problemático na vida do grupo, caracterizado por toda uma sucessão de fracassos na implantação, de cisões, de renúncias e de ajustes de contas internos²⁶. Assim, é apenas por volta do fim dos anos 70 que as primeiras “brigadas” da vanguarda maoísta chegam

²⁵ “Nesta parte do texto utilizámos abundantemente o livro de John Ross, *Rebellion from the roots*, ver nota 15, particularmente os capítulos “Back to the jungle” e “Into the zapatiste zone”.

²⁶ É então que laços são estabelecidos entre os caciques do partido do poder, o PRI, e os dirigentes de Política Popular. Dois grandes chefes maoístas da época são atualmente altos quadros do PRI, na organização camponesa oficial... Ver a este respeito, John Ross, op. cit., p. 276.



a Chiapas, onde encontram os seus “*compagnons de route*” [companheiros de percurso] da igreja “progressista”, já presentes nas comunidades camponesas pobres.

Atualmente, não é fácil de estabelecer uma ligação clara e linear entre o período de implantação desta organização e o nascimento do EZLN. Apenas é certo que existe esta ligação. Nesse intervalo, outros grupos de militantes maoístas chegaram a Chiapas. O próprio Marcos fez parte de uma dessas últimas “brigadas”²⁷. Muitos militantes e dirigentes políticos desapareceram, vítimas da repressão implacável levada a cabo pelo exército e por mercenários ao serviço dos proprietários agrários. Quanto aos sobreviventes, devem ter revisto algumas das suas concepções em função das condições locais. Sabe-se, enfim, que os princípios táticos de base dos esquerdistas maoístas começaram a reaparecer nas lutas camponesas: o recurso constante às assembleias como meio de ocultar e de proteger os chefes políticos.

Os maoístas mexicanos – assim como os seus irmãos peruanos do Sendeiro Luminoso – fizeram, à sua maneira, a crítica da ideia guevarista do foco. Compreenderam que a implantação política estava votada ao fracasso se se reduzisse à ação de um núcleo armado, caído de paraquedas nas comunidades indígenas muito fechadas e hostis a tudo o que viesse do exterior. Desde o início, eles reivindicaram a especificidade indígena por razões táticas. Os núcleos militantes deviam integrar-se nas comunidades, utilizando, entre outros, os seus laços com a “Igreja indígena”. Numa segunda fase, a organização política adaptou as suas concepções dirigistas às novas condições históricas, caracterizadas pela decomposição das comunidades rurais e pela proletarianização dos camponeses indígenas. A criação de organizações sindicais camponesas correspondeu a esta fase. Em 1991, a “Aliança Independente de camponeses Emiliano Zapata” transforma-se em organização nacional. O acontecimento representa um salto político: o trabalho de criação duma “base de massas” tinha sido conseguido e as concepções “regionalistas” – reivindicadas pelas comunidades

²⁷ John Ross, op. cit., p. 278.



indígenas em autossustentabilidade e defendidas pela “Igreja indígena” – tinham sido ultrapassadas. A hora da insurreição tinha chegado. Com efeito, e segundo este modelo, a criação da organização militar deve ser a última fase de um longo trabalho político de implantação²⁸ entre as populações. Atualmente o exército zapatista, saído das organizações “de massas”, é apenas uma das estruturas da Organização; é a sua parte visível. Os textos do EZLN e as declarações de Marcos retomam com frequência esta questão. O sucesso da organização neozapatista explica-se, em grande parte, pela inteligência política demonstrada pelos seus militantes ao longo deste período.

No entanto a estratégia do EZLN é criticada por outras correntes de extrema-esquerda vanguardista mexicana que permanecem muito dubitativas sobre este sucesso. Elas definem o EZLN como uma “organização reformista armada”, cujo isolamento social explicaria a insistência posta na negociação. “Como pode um exército de libertação nacional pretender negociar o seu objetivo da tomada do poder? E que negociação se pode levar a cabo com o Estado sobre este objetivo?”²⁹ O EZLN teria criado midiaticamente uma imagem que não corresponde à sua verdadeira natureza e cujo fim tático seria o de mascarar a sua fraqueza. Começamos com o vanguardismo: “O EZLN não pára de dizer que não é uma vanguarda. É confusão. Claro que se trata de uma vanguarda, mesmo que se afirme o contrário. O que conta é o que se faz, não o que se diz. Se vós desencadeais a luta, se polarizais as posições em presença, deveis em seguida assumir as vossas responsabilidades, organizar a resistência e coordenar as forças que tomam parte no conflito.”³⁰ Agora vejamos a questão da reivindicação da paz: “A paz é boa para a classe dominante. Eles viveram sempre com “a paz” e é assim que conservam o poder. (...) Marcos faz constantemente apelo a apoios de sectores da sociedade que, no dia em que as coisas se tornarem sérias, não quererão ouvir falar dos

²⁸ Ver a interessante análise de Julio Mogel, em La Jornada, 19 Junho 1994, citado por John Ross, op. cit.

²⁹ Salvador Castaneda, “Things are going to be difficult for the EZLN”, interview, Analyse & Kritik, ndeg. 373. Castaneda era um dos dirigentes do MAR (Movimiento de Accion Revolucionaria), organização de luta armada, dos anos 70.

³⁰ Ibid.



zapatistas.³¹” Para os críticos, o EZLN não tem escolha: deve ganhar tempo, criar um movimento de apoio no exterior de Chiapas, daí o apelo constante à “sociedade civil”. Somente, a insistência na negociação arrasta consigo necessariamente, a longo prazo, o esboroamento das posições da organização e o esgotamento do apoio do exterior. Mas, na realidade, aquilo que faz cruelmente falta aos zapatistas na hora atual, é um apoio massivo na rua, como em Janeiro (1995) quando exigiu a trégua. E a nebulosa [no sentido de agrupamento vasto e informe], demasiado pouco criticada, da “sociedade civil” acaba por se revelar simplesmente como um pobre cataplasma, sem força própria. O único lugar onde é uma realidade possante, é aqui. E as pessoas daqui preferem dizer “o povo em rebelião”³². Tocamos aqui um aspecto central da crítica. A originalidade do EZLN é tal que pode tornar-se a sua fraqueza maior. Durante dez anos, este movimento soube tirar proveito das condições de implantação particulares, numa região geograficamente isolada onde os problemas de segurança e de confronto armado eram inexistentes. Este isolamento, que permitiu o seu fácil desenvolvimento, tornou-se hoje uma armadilha. A partir do momento em que o EZLN se torna visível, foi cercado militarmente, isolado e sem retirada possível em caso de ataque do exército mexicano³³.

A democracia indígena no tempo das redes Internet...

A natureza burocrática do EZLN traduz-se, entre outras maneiras, pelo controle da palavra. As vozes dos revoltados de Chiapas reduzem-se a apenas uma, que fala e escreve em nome de todas as outras. Que os burgueses da esquerda caviar defendam Marcos em nome duma concepção elitista, isso não espanta. Ele seria um “artista” e “o melhor escritor latino-americano atual”, o representante “dum punhado de jovens dotados”. “Ele (Marcos) não fala em lugar deles, ele transforma os seus companheiros em personagens de conto ou de novela. Através desta subjetividade declarada mas

³¹ Ibid.

³² N. Arraitz, op. cit.

³³ Para fazer face a isso, uma parte da extrema-esquerda mexicana, propõe ao EZLN a constituição duma Frente unida de organizações políticas. Apesar dos contatos com o EZLN, este recusa-se, por enquanto, a considerar qualquer eventualidade onde ele não tenha uma posição dominante



coletiva, ele inventa uma nova maneira de dizer *eu* que ressoa com o *nós* sem o substituir, um *eu* aberto e passível de mudança, que cada um pode retomar por sua conta e prolongar ao seu jeito³⁴. Os militantes entusiastas sentem-se por vezes melindrados pelo espetáculo do subcomandante. Eles redobram os seus esforços para nos assegurar, garantindo que Marcos não fala em lugar do povo, que ele não seria mais que o porta-voz. Não haveria perigo de se cair no caudilhismo. Mas como reconhecer a voz do povo se só se escuta Marcos? Só Marcos o pode fazer, bem entendido! E entra-se em círculo vicioso. Outros, enfim, não temem o bafio de totalitarismo e explicam que: “A máscara significa que todos podem falar pela boca de um só”. A máscara significa que ninguém é insubstituível”³⁵. Já que todos são iguais, acrescentaríamos nós com cinismo. Por seu lado, o subcomandante justifica-se: “o que é novo não é a ausência de caudilho: o que é novo é o facto que se trata de um caudilho sem rosto.”³⁶ Para nós, bem entendido, o anonimato do chefe não é o fim do chefe, é pelo contrário a forma abstrata da autoridade. O culto do herói não foi ultrapassado, ele manifesta-se na sua forma pura. A modernidade oferece-se a nós na forma de uma caricatura do passado: pensava-se ter-se liquidado o vanguardismo bolchevista e reencontra-se o vanguardismo de Zorro. O EZLN é o dirigismo mascarado com um passa-montanhas democrático.

Uma leitura alternativa da prosa do EZLN desvela a existência duma clara separação entre o “nós” (o exército de libertação) e o “eles” (as massas). O observador perspicaz não terá dificuldade em reencontrar, por trás deste discurso vago, os princípios de base do maoísmo-esquerdista, do “torreonismo” dos anos 70.

A organização zapatista permanece conforme ao modelo: na base as assembleias, à cabeça os comités políticos clandestinos (o Comando Geral do EZLN do qual depende Marcos). Dizem-nos, ainda, que a organização consulta incessantemente a

³⁴ Régis Debray, “A demain Zapata”, Le Monde, Maio de 1995.

³⁵ N. Arraitz, op. cit. p.273.

³⁶ Interview, La vérité/le légende du sous-commandant Marcos, filme de T Brissac e C. Castillo, La Sept/Arte, Paris, 1995.



base: haveria plebiscitos, assembleias, referendos. Trata-se de um “processo político democrático”, de um “novo projeto político”, de “democracia autónoma para todos (*sic*) os níveis da sociedade mexicana”, duma “nova síntese política”, etc. Entrevista após entrevista, comunicado após proclamação, Marcos repete a sua litania de lugares comuns democráticos que agradam aos seus interlocutores. Trata-se incessantemente de preocupações democráticas do EZLN. Ao ponto que, embriagados de belas palavras, os espíritos avisados se põem a pensar que nem ele próprio acredita nisso um só instante. Efetivamente, a partir do momento que se vai além das frases feitas e que se trata de precisar o conteúdo real das estruturas de poder, a fórmula aproximativa é a regra. Alguém que utiliza as redes modernas da Internet para difundir os seus textos revela-se um passadista endurecido: “Quando uma comunidade tem um problema, reúne-se em assembleia, as pessoas analisam-no e resolvem-no em conjunto... Esta forma de democracia é inata e natural, sem necessidade de ser ensinada. Vem dos avós e bisavós e transmite-se pela vida fora.³⁷” Que se ouse questionar o conteúdo mítico e quase genético desta democracia comunitária é sobretudo mal visto. Não te prevenimos já de que “a democracia indígena não é de salão. Discute-se por montes e vales, condensa-se nas águas, nos ribeiros, nos buracos de água, nas grutas. Não se vê, sente-se.³⁸” Seguro do silêncio respeitoso dos seus interlocutores, Marcos não hesita em promover este modelo de representatividade, como modelo de governação das sociedades modernas, sem no entanto se dar conta de que propõe uma versão simplificada do que existe já. “Organizemos o mundo desta maneira, exerçamos o poder, depositemo-lo em qualquer um, que iremos vigiar, e se ele não nos serve, livramo-nos dele, que é o que se faz nas sociedades indígenas”³⁹.

³⁷ Marcos, Entrevista Brecha, Montevideú, Outubro de 1995 (traduzido e publicado por Alternative Libertaire, Bruxelas, Março de 1996).

³⁸ Declaração de princípios do EZLN, citado por Nicolas Arraitz, op. cit., da sobrecapa.

³⁹ Marcos, interview, op. cit.



O nacionalismo patriótico constitui o segundo pilar do edifício ideológico do EZLN, juntamente com a democracia comunitária. “Marcos exala um patriotismo que se aproxima da mania”, notou um observador que é no entanto simpatizante da sua causa⁴⁰. A histeria patriótica, que era uma das taras caricaturais do esquerdismo maoísta, não teve problemas aqui em acomodar-se à nova situação. Com efeito, o EZLN deu provas de uma notável capacidade de adaptação ao desmoronar do capitalismo de estado e ao fim da partilha do mundo em dois blocos. É a primeira guerrilha do período pós-comunista que, na era da “nova ordem mundial”, tenta encontrar um modo de funcionamento. Os seus quadros, de formação marxista-leninista, não se referem nunca ao regime de exploração dos sistemas que se desmoronaram. Por vezes, permitem-se chegar a descrevê-los como: “países que poderiam ter vivido livres”⁴¹. No essencial limitam-se a constatar o desaparecimento do que foi, para eles, o socialismo: “A União Soviética acabou, não existe mais campo socialista (*sic*); na Nicarágua perderam-se as eleições, na Guatemala a paz foi assinada, em Salvador discute-se, Cuba está isolada, mais ninguém quer ouvir falar de luta armada, menos ainda de socialismo; a partir de agora todos são contra a revolução, mesmo se não for socialista⁴²”. Então, que resta aos marxistas-leninistas que perderam o apoio dos “países irmãos”, senão ligarem-se a um patriotismo anti-imperialista primário, ao elogio do facto nacional e ao respeito da democracia parlamentar. O EZLN não é um movimento que “unifica o passado com o futuro”⁴³, e ainda menos a “primeira revolução do século que vem aí”. É um movimento do passado que tenta adaptar-se aos novos dados dum presente sem futuro. É o último movimento de tipo antigo num século que termina.

⁴⁰ John Ross, op. cit., p. 294.

⁴¹ Entrevista de Tacho e Moisés, N. Arraitz, op. cit., p.343.

⁴² Interview La véridique légende du sous-commandant Marcos, op. cit.

⁴³ “O Ano 03”, texto de balanço dos comités de apoio ao EZLN na Alemanha, Hamburgo, 18 de Fevereiro de 1996.